

RESPONSABILIDADE SOCIAL DA CONTABILIDADE: UMA PROPOSTA DE BALANÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE APOIO À GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL.

Helena Mara Oliveira Lima

Hugo Macário de Brito Pinheiro

Resumo:

O desenvolvimento local surge como uma nova estratégia de ação onde atores locais decidem de forma participativa um destino comum ambicionado para o território. Para sua realização é necessário que todos passem a saber qual sua parcela de contribuição e responsabilidade, ficando evidenciados modernos conceitos de democratização da renda e benefícios sociais, sustentabilidade, bem como responsabilidade social. Este trabalho propõe a atuação da contabilidade nas ações de desenvolvimento local contribuindo por intermédio de núcleos de pesquisas, compostos por alunos e professores do curso de ciências contábeis de Instituições de Ensino Superior, devidamente articulados com os atores locais pertencentes ao território em que está inserida. O trabalho resultaria na elaboração de um Balanço Social do Desenvolvimento Local do território, estruturado sobre as perspectivas dos capitais: empresarial, humano, social, natural e tradicional. Seu principal objetivo seria o de gerar informações que auxiliassem a gestão das ações de desenvolvimento de forma equilibrada e responsável permitindo também que a comunidade tomasse conhecimento da evolução do processo.

Palavras-chave:

Área temática: *Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social*

RESPONSABILIDADE SOCIAL DA CONTABILIDADE: UMA PROPOSTA DE BALANÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE APOIO Á GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL.

RESUMO:

Helena Mara Oliveira Lima

Universidade Estadual Vale do Acaraú

helenamara@sobral.org

Hugo Macário de Brito Pinheiro

SEBRAE

hugo@ce.sebrae.com.br

O **desenvolvimento local** surge como uma nova estratégia de ação onde atores locais decidem de forma participativa um destino comum ambicionado para o território. Para sua realização é necessário que todos passem a saber qual sua parcela de contribuição e responsabilidade, ficando evidenciados modernos conceitos de democratização da renda e benefícios sociais, **sustentabilidade**, bem como **responsabilidade social**. Este trabalho propõe a atuação da **contabilidade** nas ações de desenvolvimento local contribuindo por intermédio de núcleos de pesquisas, compostos por alunos e professores do curso de ciências contábeis de Instituições de Ensino Superior, devidamente articulados com os atores locais pertencentes ao território em que está inserida. O trabalho resultaria na elaboração de um **Balanço Social** do Desenvolvimento Local do território, estruturado sobre as perspectivas dos capitais: empresarial, humano, social, natural e tradicional. Seu principal objetivo seria o de gerar informações que auxiliassem a **gestão** das ações de desenvolvimento de forma equilibrada e responsável permitindo também que a comunidade tomasse conhecimento da evolução do processo.

ÁREA TEMÁTICA: GESTÃO DE CUSTOS AMBIENTAIS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

RESPONSABILIDADE SOCIAL DA CONTABILIDADE: UMA PROPOSTA DE BALANÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE APOIO Á GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL.

1. INTRODUÇÃO

O **desenvolvimento local** surge como uma nova estratégia de ação onde atores locais decidem de forma participativa um destino comum ambicionado para o território. As ações tradicionais de desenvolvimento estão entrando em declínio por não focalizarem a preservação dos recursos, a distribuição de renda e a democratização do empoderamento.

Para que a nova concepção de desenvolvimento obtenha êxito é necessário que todas as pessoas passem a saber qual sua parcela de contribuição e responsabilidade, ficando evidenciados modernos conceitos de democratização da renda e benefícios sociais, **sustentabilidade**, bem como **responsabilidade social**.

Levando em consideração o grande potencial informativo e de controle da **contabilidade**, o referido trabalho faz uma proposta de inserção deste ramo do conhecimento no contexto do desenvolvimento local elaborando um **Balanço Social** do território, estruturado sobre as perspectivas dos capitais: empresarial, humano, social, natural e tradicional. Seu principal objetivo seria o de gerar informações que auxiliassem a **gestão** das ações de desenvolvimento de forma equilibrada e responsável permitindo também que a comunidade tomasse conhecimento da evolução do processo.

2. O NOVO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO

As modificações sociais e econômicas ocorridas mundialmente influenciam os padrões comportamentais do ser humano que enquanto principal agente promotor do desenvolvimento começa a refletir sobre alternativas de desenvolvimento apoiado em novos paradigmas de preservação ambiental, descentralização do poder público e reconhecimento dos desequilíbrios e das potencialidades regionais.

Toda a capacidade de geração e acúmulo de riqueza da humanidade tem focado apenas o chamado crescimento econômico, ou seja, aquele evidenciado através do acúmulo de bens materiais e que vem beneficiando apenas uma pequena parcela da população mundial. Tal crescimento vem sendo constatado como insuficiente para proporcionar o contínuo e real bem-estar social.

Este modelo de planejamento produz dados positivos que escondem realidades alarmantes reproduzindo uma falsa idéia de desenvolvimento, para exemplificar citamos o caso do Brasil que tem um Produto Interno Bruto – PIB que o coloca entre as quinze maiores economias do planeta, no entanto o país convive com cerca de 52 milhões de excluídos que pela sua inexpressiva geração de renda familiar se encontram abaixo da linha de pobreza.

O desenvolvimento local surgiu como uma estratégia para possibilitar que todas as pessoas possam usufruir o tão almejado crescimento econômico melhorando efetivamente a qualidade de vida da população, bem como promovendo a preservação do meio ambiente como forma de garantir a sobrevivência futura do ser humano.

De acordo com Franco(2000,p.27) a conotação da palavra local pode está relacionada a um “...distrito, um município, uma microrregião, uma região de um país, um país, uma região do mundo.”, isso irá depender, como coloca o autor, do que ele chama de “ alvo socioterritorial da ações” de desenvolvimento em curso.

O desenvolvimento que era planejado com base apenas em dados estatísticos, mapas físicos e levantamentos ou pesquisas de campo está ultrapassado. Isso ocorreu porque o modo de planejar tradicional não levava em conta o que as pessoas, enquanto integrantes de uma a comunidade, esperavam ou desejavam do futuro. Dessa forma os principais interessados ou beneficiados com o planejamento realizado para a promoção do desenvolvimento quase sempre não eram consultados mas apenas considerados como meros espectadores das ações realizadas.

Com o surgimento dos novos conceitos de desenvolvimento local e planejamento estratégico participativo as pessoas passaram a ser um ingrediente fundamental, tornando-se protagonistas das ações estabelecidas no plano.

No planejamento participativo ocorre uma cumplicidade e uma motivação generalizada entre todos os participantes pois é disseminado o sentimento de que a comunidade é importante ou melhor indispensável para a construção de uma realidade futura desejada para a comunidade.

O desenvolvimento local acontece com a integração do capital social local, poderes públicos locais e demais atores locais que se unem num grande pacto pelo desenvolvimento. Esta relação deverá ser inter-dependente e suprapartidária pois estes atores unidos firmam parcerias e se articulam dentro de ações planejadas onde cada um reconhece seu papel e desempenha seu trabalho como parte integrante de um macro objetivo negociado por estes atores. Neste mesmo contexto, vale ressaltar que os parceiros exógenos são bem vindos para contribuir com o projeto de desenvolvimento estabelecido no local e para o local.

Para que isso aconteça à sociedade local deverá ter um capital social bem desenvolvido, o que normalmente não ocorre no nosso país por termos vivido cerca de 20 anos ideologias militares que promoviam a desagregação e a alienação da nossa sociedade originando uma sociedade contemporânea com uma grande pobreza de capital social.

Cientes do problema acima mencionado entidades indutoras de desenvolvimento passaram a aplicar metodologias para estimular a sociedade local a despertar para novos paradigmas de sustentabilidade, integração e governança.

3. A DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Acredita-se que o desenvolvimento local é fase presente na evolução de todo território que atinja um bom grau de maturidade e cidadania, porém, devido os déficits sociais e econômicos presentes em nosso país, vários territórios necessitam de ações estimuladoras do desenvolvimento local.

Não existe uma metodologia específica para o estímulo do desenvolvimento local, os agentes indutores utilizam diversas metodologias de planejamento participativo, e as vezes fazem até combinações de metodologias adaptando-as as realidades de cada grupo beneficiado. Podemos citar como as mais conhecidas: a Metodologia de Autodiagnóstico Municipal e Planejamento de Ação – MAMPLA desenvolvida pelo SEBRAE/CE para planejamentos participativos municipais, ZOOP da GTZ que é utilizada pelo Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR para municipalização do Turismo, Gestão Participativa - GESPAR que é utilizada pelo Banco do Nordeste para planejamentos participativos setoriais, entre outras que seguem um padrão semelhante onde o ponto de partida é a conjuntura atual (diagnóstico) e o ponto de chegada é a prospecção de um futuro ambicionado (visão de futuro).

O Projeto Comunidade Ativa que mobilizou uma rede de parceiros Nacionais (Governo Federal, Agência de Educação Para o Desenvolvimento – AED, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE , Projeto das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e Comunidade Solidária), Estaduais (Governos Estaduais, e Organizações não Governamentais e Órgãos Públicos) e Municipais (Governo Municipal, Sociedade Civil Local, Associações, Cooperativas, Sindicatos, Entidades Locais entre outros) foi o maior incentivador do desenvolvimento local no Brasil beneficiando mais de mil municípios em todo território nacional.

O poder público local deverá ser conscientizado inicialmente e separadamente para não entender que todo o trabalho é uma ameaça ao seu futuro político. Deve-se articular reuniões sempre com a sua parceria permitindo um envolvimento suprapartidário e sempre demonstrando que esta ampla parceria será a chave para a promoção do desenvolvimento local já que o futuro do território em questão é colocado acima das divergências de qualquer natureza.

Nesta fase é necessário a realização de palestras, reuniões, seminários e simpósios de sensibilização para disseminar esse novo processo de desenvolvimento, sendo fundamental que todos os atores da sociedade local estejam representados.

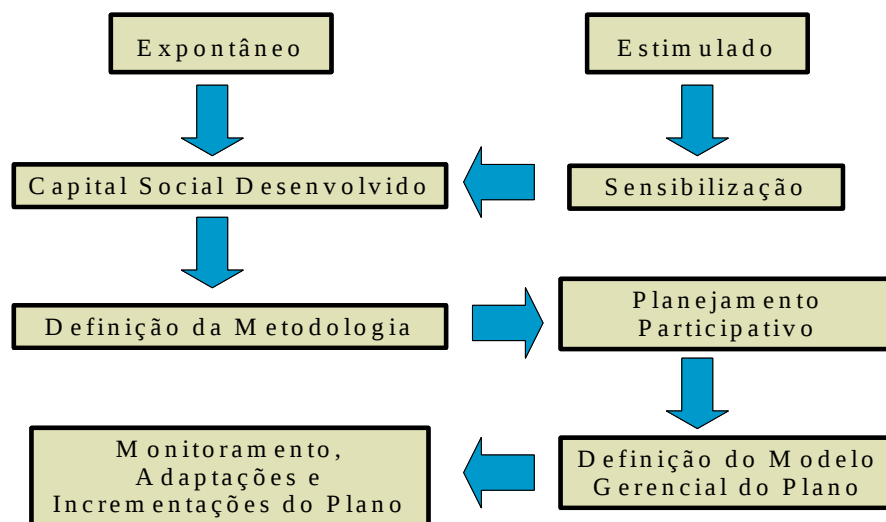
O gerenciamento do plano a ser implementado será efetivado através da criação de fóruns de discussão, comitês ou conselhos participativos que contribuirão para que a sociedade local adquira empoderamento e passe junto ao poder público a planejar e executar ações necessárias à implementação do desenvolvimento local.

Após este primeiro momento devem ser detectadas alterações comportamentais no capital social envolvido no trabalho. Esta síndrome de articulação, motivação e integração dos atores quando presente representa um forte indicativo de que o trabalho deverá ser prosseguido, caso contrário este deverá ser descontinuado pois constitui um forte indicativo de que os beneficiados apresentam uma baixa capacidade de resposta.

O Desenvolvimento local se processa quando a comunidade com os seus diversos segmentos passam a exercer de forma plena a cidadania, passando por um processo de desabrochamento, tornando-se apta a agenciar (articular e construir parcerias internas e externas) e a conduzir (diagnosticar, tomar decisões participativas, agir, avaliar periodicamente, retroalimentar ou agir corretivamente) a reorientação do seu presente e sua evolução para o futuro aproveitando os fatores positivos e procurando minimizar os fatores negativos presentes à localidade.

O protagonista (ator do processo) desse tipo de desenvolvimento é a própria comunidade, os facilitadores são os animadores iniciais de um crescimento contínuo das pessoas envolvidas no processo, as entidades e instituições internas e externas são o apoio necessário para a construção das parcerias estratégicas.

COMO OCORRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL



4. AS VARIÁVEIS DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

O Desenvolvimento Local é condicionado pelas seguintes variáveis:

- Delimitação da área, ou seja, “local” em foco, que poderá ser desde uma pequena comunidade rural até um grupo de países organizados em bloco;

- Integrado com ações determinadas e interdependentes;
- Elaborado dentro de modernos conceitos de sustentabilidade onde vislumbramos a utilização ordenada de diversos recursos preservando a sua existência para gerações futuras;
- Participativo, onde os integrantes do território em foco são os principais construtores dos objetivos futuros desejados;
- Estratégico e sistêmico onde são levados em conta aspectos internos e externos, positivos e negativos ambos trabalhados de forma sistêmica com todos os elementos envolvidos para a construção de uma agenda ou plano de ação a ser implementado;
- Dinâmico no sentido de sempre ser adaptado às novas realidades vindouras, tendo portanto um sistema de acompanhamento, avaliação e retroalimentação constante;
- Agregador onde procura unir todos os setores em um grande pacto pelo desenvolvimento local, estabelecendo parcerias internas e externas para alcançar as metas e objetivos traçados;

Os principais atores envolvidos no desenvolvimento local são os seguintes: a própria comunidade, que sai da condição de passividade passando a condição de pró-atividade; os parceiros públicos e privados da própria localidade, importantes para dar o aporte necessário para a implementação das ações objetivadas e por fim a entidades capacitadoras e ou estimuladoras que devem facilitar todo o processo.

Conforme os Pressupostos e Fundamentos do desenvolvimento local integrado e sustentável, existem cinco recursos distintos que se integram de forma plena e criam um ambiente favorável ao desenvolvimento do território, são eles:

- Capital Humano são os conhecimentos, habilidades, competências e condições para sua reprodução (educação, saúde, habitação, nutrição, bem estar, etc.);
- Capital Social é a capacidade de organização da sociedade civil em associações, cooperativas e organizações não governamentais;
- Capital Empresarial representa a presença de empresários e novos investidores com capacidade de empreender;
- Capital Natural são os recursos naturais, renováveis ou não, e os “serviços naturais” de suporte a vida (ar, água, condições climáticas, etc.);
- Capital Tradicional representam os recursos financeiros e físicos dos próprios atores locais ou aportados por terceiros (entidades financeiras, governo, etc.).

5. EVOLUÇÃO DA ATUAÇÃO DA CONTABILIDADE

A partir do momento em que o homem procurou garantir a sua sobrevivência se organizando socialmente, produzindo equipamentos de caça e pesca e armas para combater seus predadores, estocando alimentos e peles para enfrentar os períodos mais difíceis, começou a despertar para a necessidade de mensuração desses bens. Posteriormente desenvolveu técnicas ainda rudimentares de controle mas que serviram para demonstrar o aumento ou redução da riqueza que vinha acumulando.

Diante dos exposto podemos dizer que a contabilidade existe desde os primórdios da humanidade e como afirma Consenza (2001,p.45) sua evolução “... foi contemporânea ao processo de socialização do homem, estando fortemente atrelada à manifestação das próprias necessidades humanas.”

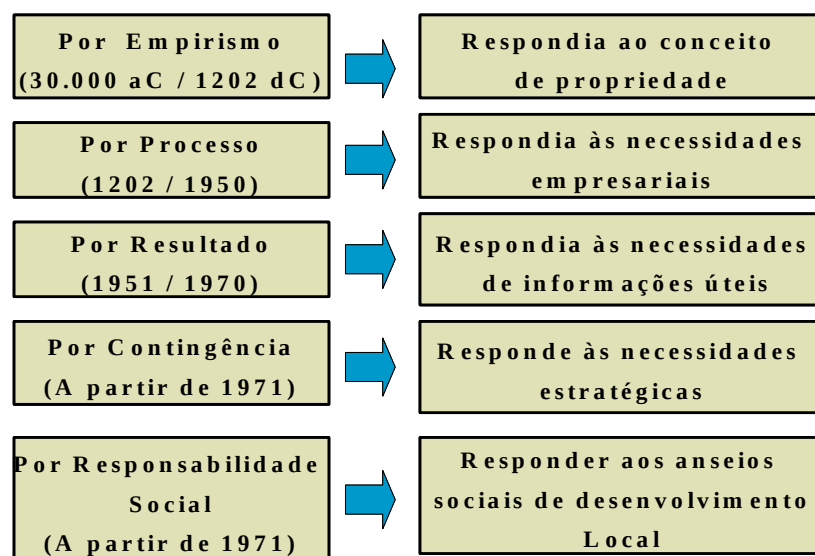
Todas as modificações econômicas, políticas e sociais influenciam o mundo dos negócios e a maneira de pensar e agir das pessoas, a contabilidade como uma ciência social vem evoluindo e se especializando para se adequar aos atuais processos de gestão demandados pelas organizações.

Antes, considerado como um simples escriturário e guarda livros, o contador evoluiu para o profissional indicado para assumir a controladoria das organizações, um posto de comando e responsável por desenvolver e gerenciar um sistema de informações financeiras, econômicas , patrimoniais e de produtividade que auxiliam o processo decisório dos empreendimentos.

Como bem coloca Carvalho (1991,p.23) “Já afastados da arcaica visão de “escrituradores”, rebelados contra o encilhamento da visão “fiscalista”, aos contadores os espaço moderno é o de comunicadores.”

Adaptado do trabalho de Cosenza (2001,p.53) quando aborda a evolução do pensamento contábil, no trabalho que descreve as perspectivas para a profissão do contador num mundo globalizado, estrutura-se um esquema demonstrando as várias fases da contabilidade fazendo uma proposição do que deve está preparada para enfrentar relacionando-a com os valores dominantes de cada época e o que se propõe a atender.

EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE



Adaptado de CONSENZA (2001, P.53)

Dentro da mesma perspectiva da evolução contábil, Costa (2000, p. 55) discorre sobre a importância da contabilidade para os vários segmentos da sociedade, evidenciando uma ampliação da tipologia dos usuários interessados na informação gerada pela contabilidade para fundamentar o seu inter-relacionamento com os empreendimentos em questão.

A contabilidade tem seu nascedouro na prática do patrimônio, ou seja, quando o gestor do patrimônio, precisando conhecê-lo, controlá-lo e gerenciá-lo, passou, ele mesmo, a criar um sistema que atendesse a tais necessidades. Assim, o primeiro usuário das informações contábeis foi o seu criador que denominamos de usuário interno.

Posteriormente, surgiram novas necessidades dos usuários internos que tiveram de ser alcançadas com a ajuda de um novo elemento, o usuário externo. Estes constituíam-se em financiadores de crédito que começaram a vislumbrar na informação contábil alguma garantia do controle e da evolução do patrimônio que financiavam. Logo surgiu o Estado que, ávido pelas informações para o lançamento de seus impostos, encontrou na contabilidade um forte aliado para satisfazer as suas necessidades financeiras.

Atualmente, a sociedade também surgiu como usuária das informações geradas pela contabilidade, buscando entender o inter-relacionamento prático do ambiente patrimonial e os seus demais elementos.

6. CONTABILIDADE SOCIAL

A contabilidade consiste em um sistema de informação desenvolvido para evidenciar a situação patrimonial, econômica e financeira das entidades, sendo estas pessoas físicas ou jurídicas e com ou sem finalidades lucrativas.

Todo o trabalho realizado pelo contador tem início pela captação das operações e transações realizadas pelas entidades, onde logo a seguir são registradas e condensadas em forma de demonstrativos. Estes últimos posteriormente são analisados e submetidos a auditoria contábil para garantir sua fidedignidade como a real situação patrimonial, econômica e financeira da entidade.

Para Ludícibus e Marion (2002,p.53) a contabilidade tem o objetivo “... de fornecer informação de natureza econômica, financeira e subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto de contabilidade.”

Queiroz e Queiroz (2000, p.81) colocam que “sendo a contabilidade uma enorme fonte de registro, interpretação e informação de dados empresariais e governamentais, deve também passar a preocupar-se com o retorno a ser dirigido a todo a sociedade.”

É necessário que as organizações empresariais despertem para a sua responsabilidade social e não esperem apenas pelas ações do governo para investir em programas de desenvolvimento de saúde da família e incentivo a educação, apoio a cultura, redução da mortalidade infantil e outros. Como colocam Megginson,

Mosley e Pietri apud Mariano(2000,p.29)“....as empresas devem desempenhar atividades ligadas à responsabilidade social porque lucratividade e crescimento decorrem do tratamento responsável dos empregados, clientes e comunidade”

Toda a humanidade está ciente de que a demanda pelos recursos humanos, naturais, financeiros é bem superior as suas ofertas e pelo que tomamos conhecimento cada vez mais se agrava a situação de escassez destes recursos.

O despertar social para a necessidade de garantir a sustentabilidade desses recursos para as futuras gerações aliado a conscientização de muitos pequenos empreendedores no sentido de relacionar competitividade e cooperação nos negócios como forma de proporcionar o desenvolvimento regional e minimizar as diferenças territoriais, reafirmam a necessidade da responsabilidade social da contabilidade enquanto principal instrumento de informação que aporta suporte aos processos decisórios nas organizações que de forma direta ou indireta influencia o contexto social no qual está inserida.

De acordo com Coelho, Dutra e Cardoso (2000,p.12),

A contabilidade social justifica-se pela exata relação de interdependência que une a sociedade à empresa e estas ao meio ambiente. A contabilização dos eventos que envolvem o meio ambiente e a sociedade tem por escopo mensurar a integração das políticas sócio- econômicas da entidade com o seu desenvolvimento sustentável.

Entende-se então que a contabilidade social deve desenvolver mecanismos que possibilitem a identificação, mensuração e registro das ações relacionadas com a promoção do desenvolvimento sustentável para que sejam divulgadas e avaliadas, possibilitando assim que ações corretivas sejam implementadas no tempo hábil.

Para que o contador possa ter um desempenho satisfatório nas ações de desenvolvimento sustentável deverá manter um vínculo com o território propenso a ser monitorado e aprofundar-se no assunto em questão, procurando sempre relacioná-lo com as normas e os princípios contábeis que direcionam as atividades desenvolvidas pela contabilidade.

7. O PROCESSO DE GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

O Gerenciamento do Desenvolvimento Local deverá ser efetuado pelos próprios atores locais que organizados através de comitês, conselhos, fóruns permanentes ou de forma mais avançada como Organizações Sociais ou Organizações não Governamentais efetuam o planejamento das ações, criam sub-comitês articuladores destas ações, articulam parcerias estratégicas, criam indicadores para o monitoramento e verificação da efetividade da ação, bem como retro-alimentam o plano conforme fases descritas a seguir:

I - Planejamento das ações:

Nesta fase através de *brainstorms* são elencadas as principais ações necessárias para o desenvolvimento local do território;

II - Priorização das ações:

Aqui deve-se priorizar as ações que causarão um maior impacto na qualidade de vida das populações do território;

III - Elaboração de planos de ação com de cronogramas físico e financeiro:

Estes planos de ação deverão ser distribuídos para os sub-comitês que articularão parcerias estratégicas, criarão indicadores de desempenho bem como realizarão o monitoramento sistemático das ações e ajustes necessários;

IV - Retro-alimentação:

Os planos de ação passarão por atualizações de forma permanente, porém os macro-objetivos definidos serão mantidos;

V - Divulgação dos resultados:

A divulgação dos resultados deverá ser efetuada na reuniões gerais desta forma proporcionando uma maior motivação do grupo.

O Balanço Social poderá ser utilizado como um demonstrativo que evidenciará os aspectos qualitativos e quantitativos das ações executadas. Isto permitirá que correções possam ser efetuadas a tempo de reconduzir o processo.

Vale ressaltar que o Plano Estratégico não pode configurar apenas uma lista de reivindicações mas sim um amplo projeto de desenvolvimento local onde a comunidade local decide o seu futuro ambicionado e estabelece caminhos para sua concretização, garantindo desta forma um papel definido de cada ator local ou parceiro externo.

8. O BALANÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO

Podemos conceituar o Balanço Patrimonial como um demonstrativo elaborado pelas organizações para informar aos seus gestores, colaboradores e a sociedade em geral sobre a aplicação de recursos canalizada para o âmbito social evidenciando a contribuição daquelas para a melhoria de vida da população .

Luca (1998,p.23) conceitua o Balanço Social como “.... um instrumento de medida que permite verificar a situação da empresa no campo social, registrar as realizações efetuadas neste campo e, principalmente, avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade”.

No contexto interno organizacional Kroetz apud Batista (2000,p.40) coloca que o Balanço Social é um instrumento gerencial que possibilita o controle e a toma de decisão estratégica de ações que favoreçam as relações sociais internas e externas ao ambiente da organização. Nessa perspectiva os gestores podem acompanhar as ações realizadas para o desenvolvimento dos recursos humanos, os programas das ações sociais e de preservação do meio ambiente.

Para a sociedade o Balanço Social é um demonstrativo que informa as ações das organizações que estão contribuindo para a melhoria da qualidade vida da população, evidenciando os impactos sociais e ambientais resultantes principalmente das atividades empresariais.

No que diz respeito à melhoria das condições de vida, Coelho, Dutra e Cardoso(2000, p.12) colocam que esta é realizada a partir de,

“....um conjunto de ações que transcende ao importante item de preservação ambiental e se expande para a melhoria das condições de trabalho, assistência médica e social, além de incentivo às atividades culturais, artísticas e esportivas, bem como à preservação, reforma e manutenção dos bens públicos e religiosos.”

Como coloca Mariano (2000,p.31) ainda não existe uma técnica e nem estrutura padrão para a elaboração do Balanço Social, no entanto existe uma proposição da Comissão de Valores Mobiliários que vem sendo utilizada por muitas empresas. Nela são evidenciados os valores do faturamento bruto, do lucro operacional, da folha de pagamento bruta e os indicadores laborais, sociais e do corpo de funcionários.

9. PROPOSIÇÃO DE BALANÇO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

De acordo com Franco (2000,p. 101) as ações de desenvolvimento local consistem na combinação de fatores econômicos e extra-econômicos como: renda, riqueza, conhecimento e cultura, poder ou empoderamento e meio ambiente.

Para o supracitado autor, o objetivo das ações consistem em:

- a) aumentar o produto e, conseqüentemente, a renda per capita local;
- b) aumentar e democratizar o capital empresarial(incluindo o incremento do empreendedorismo empresarial) ou democratizar a riqueza, o acesso à propriedade produtiva;
- c) aumentar o capital humano, sobretudo o conhecimento;
- d) aumentar o capital social(incluindo o incremento do empreendedorismo social) ou o empoderamento das populações(isto é, a possibilidade e capacidade de influir nas decisões públicas);
- e) explorar(no sentido de tornar dinâmico) o potencial bio-ambiental ou conservar dinamicamente o capital natural.

A proposta do trabalho consiste em relacionar a contabilidade e o desenvolvimento local, para tanto sugerimos a elaboração de um demonstrativo contábil que evidencie e mensure as ações conjuntas que estão sendo realizadas para promover o desenvolvimento do território.

Nessa perspectiva acreditasse que o Balanço Social, sendo um demonstrativo desenvolvido pela contabilidade para evidenciar as ações das entidades em benefício do bem estar social, possa contribuir para o Desenvolvimento Local evidenciando os indicadores que retratem as perspectivas dos seus principais elementos constitutivos como o : Capital Tradicional, Capital Empresarial, Capital Humano, Capital Natural e Capital Social.

Neste contexto, o território seria o objeto de atuação da contabilidade e o contador seria o responsável pela obtenção e registro dos dados que irão compor o Balanço Social do Desenvolvimento Local.

As informações que alimentaram o demonstrativo serão obtidas através da articulação do profissional de contabilidade com as unidades capacitadoras e ou estimuladoras do desenvolvimento regional .As Universidades que possuam curso de contabilidade, principalmente aquelas localizadas nos territórios onde há a maior necessidade de ações de desenvolvimento sustentável, poderão criar núcleos de estudo de contabilidade social compostos por professores e alunos da área contábil em parceria com pessoas pertencentes a outras instituições que estimulam as ações de desenvolvimento. Os pesquisadores pertencentes ao núcleo participariam das assembléias, fóruns e demais reuniões, não só para criar um vínculo com a comunidade do território, mas também para obterem as informações que necessitarão para estruturar o Balanço Social do território.

O demonstrativo deverá está acompanhado de notas explicativas que esclarecerão os números nele evidenciados permitindo um conhecimento da efetividade das ações implementadas . Como exemplo, citamos o item 2.1 relacionado no quadro do capital humano que evidencia o valor do investimento realizado com educação, capacitação e aperfeiçoamento. Abaixo do respectivo quadro devem ser inseridas informações que especifiquem às entidades promotoras das ações bem como o valor do investimento realizado por cada uma.

BALANÇO SOCIAL DO TERRITÓRIO – MODELO PROPOSTO

I - Indicadores de Referencia

Período	2003	2004
1. PIB – Produto Interno Bruto do Território		
2. IDH – Índice de Desenvolvimento Humano do Território		

II - Capital Empresarial

Período	2003	2004
1.1. Faturamento bruto total da empresas existentes no território		
1.2. Exportações Realizadas pelas empresas existentes no território		
1.3. Custo de Produção ou Comercialização das empresas existentes no território		
1.4. Lucro Operacional		
1.5. Valor dos Impostos e Contribuições		
1.7. Montante dos Salários Pagos		
1.8. N.º de empregados		
1.9. N.º de empregados admitidos		
1.10. N.º de empregados demitidos		

1.11 N.º de estagiários e aprendizes		
1.12 N.º de acidentes de trabalho		
1.13 N.º de empresas do território		

*Notas Explicativas referentes aos números relatados acima.

III - Capital Humano

Período	2003	2004
2.1 População		
2.2 N.º de jovens		
2.3 N.º de adultos		
2.4. N.º de mulheres		
2.5 N.º de crianças		
2.6 Matrículas no ensino fundamental		
2.7 Matrículas no ensino médio		
2.8 N.º de Inscritos nos Programas de Alfabetização de jovens e Adultos		
2.9 N.º de cursos de aperfeiçoamento e capacitação recebidos por instituições estimuladoras do desenvolvimento		
2.10 N.º de pessoas beneficiadas com os cursos de aperfeiçoamento e capacitação		
2.11 N.º de analfabetos		
2.12 N.º de pessoas que têm o 1.º grau completo		
2.13 N.º de pessoas que têm o 1.º grau incompleto		
2.14 N.º de pessoas com o 2.º grau incompleto		
2.15 N.º de pessoas com o 2.º grau completo		
2.16 N.º de pessoas com nível universitário		
2.17 Valor do investimento realizado com educação, capacitação e aperfeiçoamento		
2.18 Déficit habitacional local		
2.19 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH		

* Notas Explicativas referentes aos números relatados acima.

IV – Capital Social

Período	2003	2004
3.1 N.º de creches		
3.2 N.º de crianças beneficiadas com as creches		
3.3 N.º de postos de saúde		
3.4 Valor dos investimentos realizados com programas de proteção a saúde.		
3.5 Valor dos investimentos com programas de proteção ao meio ambiente.		
3.6 Valor do investimento com creches		
3.7 Entidades Associativas em atividade		
3.8 N.ºConselhos em atividade no território		
3.9 N.ºOrganizações do terceiro setor no território		

* Notas Explicativas referentes aos números relatados acima.

V – Capital Natural

Período	2003	2004
4.1 Área da Reserva extrativista mineral		
4.2 Área da Reserva extrativista vegetal		
4.3 Área da Reserva extrativista animal		
4.4 Valor dos investimentos com projetos de proteção ao meio ambiente.		

* Notas Explicativas referentes aos números relatados acima.

VI – Capital Tradicional

Período	2003	2004
5.1 Valor do aporte de recursos dos Bancos para os setores produtivos locais destinado para o fortalecimento do capital de giro.		
5.2 Valor do aporte de recursos dos Bancos para os atores produtivos locais destinado para inversões permanentes.		

* Notas Explicativas referentes aos números relatados acima.

4.CONCLUSÃO:

A contabilidade como uma ciência social não pode ignorar a evolução presente nas relações humanas, tendo que se adaptar as novas realidades de desenvolvimento necessárias para equacionar as distorções territoriais tão presentes na conjuntura global.

A sintonia entre contabilidade e desenvolvimento local permitirá um engrandecimento da atuação contábil no tocante ao seu objeto de trabalho, que até então se restringia ao ambiente organizacional e agora passará a atuar num contexto territorial para auxiliar e monitorar as ações de desenvolvimento local.

O Balanço Social se apresenta como um demonstrativo fundamental para a mensuração dos elementos integrantes do contexto de desenvolvimento local. Nele são evidenciados itens condicionantes dos capitais, empresarial, humano, social, natural e tradicional, permitindo uma visão sistêmica e evolutiva do processo de desenvolvimento local.

Todos os investimentos realizados em prol do desenvolvimento do território poderão ser acompanhados e avaliados pela sociedade. Isto permitirá o acompanhamento das ações, estabelecimento de metas e as análises das variações positivas e negativas. Neste último caso permitirá que medidas corretivas sejam implementadas para que o crescimento seja retomado.

5.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BATISTA, Halcima Melo. Proposta de um modelo de Balanço Social a ser aplicado nas Indústrias Têxteis. Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro: ano III, n.º 09, agosto/outubro de 2000.

CARVALHO, Nelson. Contabilidade & Ecologia: Uma exigência que se impõe. Revista Brasileira de Contabilidade. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília – DF: ano 20, n.º 75, abril/junho de 1991.

COELHO, Fabiano Simões, DUTRA, René Gomes e CARDOSO, Ricardo Lopes. Evidenciação do Investimento no Social e no Ambiental. Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro: ano III, n.º 09, agosto/outubro de 2000.

COSENZA, José Paulo. Perspectiva para a profissão contábil num mundo globalizado – “um estudo a partir da experiência brasileira”. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília – DF: ano 30, n.º 130, julho/agosto de 2001.

COSTA, Alan Gonzaga da. Contabilidade Social: Uma nova disciplina para as Instituições de Ensino Superior. Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro: ano III, n.º 09, agosto/outubro de 2000.

FRANCO, Augusto de. Porque precisamos do Desenvolvimento local Integrado e Sustentável. 2. ed. Brasília: Millennium, 2000.

MARIANO, Rosimar Pereira. Elementos Principais dos Diferentes Modelos Propostos de Balanço Social. Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro: ano III, n.º 09, agosto/outubro de 2000.

QUEIROZ, Regiane L. Silveira e QUEIROZ, Eliseu silveira Queiroz. A contabilidade como um instrumento de gestão ambiental e empresarial, e sua contribuição à melhoria da qualidade de vida planetária. Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro: ano III, n.º 09, agosto/outubro de 2000.

SCHWEZ, Nicolau. Responsabilidade Social: Meta e desafio profissional da Contabilidade para o próximo milênio. <http://www.cfc.org.br/biblioteca/congrsso/contendo.asp?trabalho=2049>, acesso em 04 de junho de 2004.